

A Escola do Futuro (USP) na construção da cibercultura no Brasil: interfaces, impactos, reflexões

School of the Future (USP) researches in the building of Brazilian cyberculture: interfaces, impacts and reflexions

Antonio Helio Junqueira | heliojunqueira@usp.br

Doutorando em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Brasilina Passarelli | lina@futuro.usp.br

Professora Titular, Chefe do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da ECA/USP e Coordenadora Científica do NAP Escola do Futuro / USP.

Resumo

O NAP EF/USP tem a construção do seu percurso entrelaçada com a própria história da Internet no Brasil. Ambos se iniciaram no País há duas décadas. Este artigo revê a trajetória desse núcleo, enfocando suas principais áreas de atuação: a pesquisa-ação – vanguarda na intervenção sobre a realidade da inclusão digital e construção da cidadania no Brasil – e a pesquisa empírica realizada pelo seu Observatório da Cultura Digital

Palavras-chave: cibercultura; inclusão digital; etnografia virtual; literacias emergentes na web 2.0.

Abstract

School of the Future Research Laboratory at the University of Sao Paulo/Brazil was born at the same time that commercial Internet arrived in 1994. This paper reports major projects developed as action-research devoted to connect different audiences as citizens and students as well as empirical research developed at the Digital Cultural Observatory.

Keywords: cyberculture; digital inclusion; virtual ethnography; web 2.0 emerging literacies.

1. Da inclusão digital às literacias emergentes na web 2.0: uma trajetória de vinte anos.

A primeira conexão da Internet no Brasil, então restrita ao ambiente acadêmico, ocorreu em janeiro de 1991, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Com o progressivo desenvolvimento e incorporação do acesso global a diferentes tipos de informação em rede – ocorrida a partir dos Estados Unidos, no final da década de 1990 – a Internet logo passou a ser aberta também ao ambiente comercial. No Brasil, isso veio a ocorrer em 1994. As principais conquistas tecnológicas que definiram este período e que impulsionaram definitivamente seu desenvolvimento em escala mundial foram as criações da *world wide web* (WWW), do protocolo de transferência de hipertexto (Hyper Text Transfer Protocol – HTTP) e da linguagem de marcação de hipertexto (Hyper Text Markup Language – HTML).

Nessa mesma época, surgiu, na Universidade de São Paulo, o Núcleo de Pesquisa das Novas Tecnologias Aplicadas à Educação Escola do Futuro (NAP EF/USP), congregando um grupo de pesquisadores atentos aos desafios e perspectivas então colocados pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Aos primeiros passos desse percurso vieram a se agregar – já em meados dos anos 2000 – novos focos de ação e de pesquisa relacionados às novas configurações comunicacionais permitidas pela *web*. Desde então, este núcleo de pesquisa passou a se dedicar cada vez mais intensamente às intervenções, estudos e pesquisas sobre a “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999) e as ações e comportamentos dos “atores em rede” (LATOUR, 2008), haja vista a inegável importância sociocultural adquirida por tais fenômenos na contemporaneidade. Afinal, a *web*, enquanto espaço interativo aberto e colaborativo, colocou-se, desde a sua origem, como ambiente prenhe de novas oportunidades para a permanente produção de conhecimento, para a comunicação em rede e para a horizontalização das relações sociais de poder.

Nesse contexto, o crescimento acelerado tanto da oferta e do acesso aos computadores pessoais (PCs), a partir da segunda metade da década de 1980, quanto do uso da Internet, especialmente ao final da última década, vieram modificar profundamente o ambiente comunicativo e informacional da sociedade brasileira contemporânea.

Atualmente, o Brasil lidera os índices de concentração de computadores e de acesso à Internet em toda a América Latina. Segundo dados da Pesquisa TIC Domicílios 2010, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br¹, a penetração de computadores nos lares urbanos brasileiros já atinge 39% e o acesso à Internet, 31%.

Cabe destacar ainda que a penetração da web na população dos países latino-americanos e do Caribe atingiu recentemente o índice de 34,5%, sendo superada pela América do Norte (77,4%), pela Austrália e Oceania (61,3%) e pela Europa (58,4%), conforme dados atualizados da *Internet World Stats*, para 2010².

No Brasil, a emergência econômica dos estratos mais populares, aliada a outros fatores sociais positivos de emprego e ocupação, vem garantindo a manutenção de um crescimento acelerado nas vendas de novos computadores. Em 2010, segundo informações da Associação da Indústria de Eletro-Eletrônicos (Abinee), foram vendidos 14 milhões de unidades, com um crescimento de 17% sobre os resultados do ano anterior. Para 2011, a previsão desta mesma fonte é de um avanço de 13% no número de novas unidades comercializadas.

Nos últimos vinte anos, o NAP EF/USP empenhou-se em acompanhar a evolução da cibercultura no Brasil, realinhando, de forma permanente, suas trajetórias, diretrizes e os embasamentos teórico-metodológicos de suas ações e pesquisas. Nesse caminhar, percorreu instâncias de vanguarda em projetos de intervenção social na educação e na construção do protagonismo digital, até chegar, a partir de 2007, ao seu atual estágio investigativo e reflexivo consolidado na criação do Observatório da Cultura Digital.

Segundo Brasilina Passarelli (2010, p.72), coordenadora científica do NAP EF/USP, esse percurso se justifica e se adéqua à perspectiva sócio-histórica das duas últimas décadas, na qual se distinguem duas “ondas” na sociedade em rede: uma primeira, cujo núcleo central é definido pelas preocupações, políticas e programas de inclusão digital, e a segunda, que se concentra nas diferentes formas de apropriação e de produção de conhecimento na *web*.

Na primeira “onda”, as atenções se voltaram majoritariamente às políticas de acesso e fornecimento de infraestrutura para a mitigação dos fenômenos da exclusão digital e para a conquista da cidadania dos diferentes públicos beneficiários. Tal fenômeno registrou-se não apenas no Brasil, mas em grande parte dos países de economia emergente.

A segunda “onda”, por sua vez, veio como decorrência do acúmulo de experiências e de informações advindas das iniciativas públicas e privadas setoriais, as quais carregaram a necessidade da adoção de novos enfoques e perspectivas de investigação. Estes surgiram preocupados com a reflexão sobre a realidade da apropriação cotidiana das novas tecnologias e na construção de identidades e narrativas pelos atores em rede, em diferentes realidades sócio-históricas e culturais. Para o NAP EF/USP, tais demandas levaram, na contemporaneidade, à busca de um novo instrumental teórico-metodológico para o estudo dos atores em rede, no bojo do qual se elegeram as perspectivas emergentes das literacias informacionais e da etnografia virtual como posturas e lugares privilegiados para o estudo do conjunto das novas práticas sociais no ambiente virtual e a produção individual e coletiva do conhecimento na *web 2.0*.

2. Emergência das literacias digitais e da etnografia virtual: novas metodologias para o estudo dos atores em rede.

A palavra literacia tem sido empregada no Brasil como tradução literal do termo inglês *literacy* e vem sendo considerada, especialmente no âmbito da Escola do Futuro, da Universidade de São Paulo (PASSARELLI, 2010), como capaz de conferir melhor compreensão e abrangência conceitual das novas

práticas sociotécnicas relacionadas à apropriação e uso das TICs na contemporaneidade. Dessa perspectiva, sua adoção representa a melhor opção entre possibilidades como: letramento, habilidade ou competência.

Há que se registrar, já de início, que considerável número de intelectuais cujo trabalho se baseia na língua inglesa, admite não existir uma tradução direta para o termo *literacy* na maior parte das línguas.

O primeiro dos termos relacionados – letramento –, em português, remete ao universo da educação formal, onde se atrela especialmente ao processo de alfabetização, ou seja, ao ensino e aprendizado das letras e à prática da leitura e da escrita. Vincula-se, assim, à superação do analfabetismo e à acentuação do caráter grafocêntrico da sociedade. Nesse sentido, não incorpora adequadamente a codificação dos novos sentidos sociais correlacionados às práticas de interação dos sujeitos na *web* e à aquisição das habilidades de uso de suas ferramentas de acesso, leitura, interpretação, pesquisa e navegação.

Esse entendimento do processo de interação entre sujeitos, artefatos e ferramentas na rede como um *continuum* na construção do aprendizado leva, também, à superação do termo habilidade como tradução adequada e suficiente para *literacy*.

Em 1997, o pesquisador Paul Gilster cunhou o termo “literacia digital”, definindo-a como a “habilidade de entender e utilizar a informação de múltiplos formatos e proveniente de diversas fontes quando apresentada por meio de computadores (GILSTER, 1997:1). Para ele, a literacia digital constitui-se na “extensão lógica da própria literacia, da mesma forma que o hipertexto é uma extensão da experiência da leitura tradicional” (GILSTER, 1997: 230).

Na sociedade em rede, a noção de literacia incorpora a capacidade dos indivíduos interagirem e se comunicarem utilizando-se das TICs. No entanto, para Gilster, a literacia digital não se esgota na aquisição de habilidades, mas expande-se para as formas como estas são incorporadas e efetivamente utilizadas na vida cotidiana dos indivíduos. Nesse sentido, o autor destaca especialmente o aprendizado e o autoaprimoramento pessoal quanto às aptidões para: a) realizar julgamentos sobre o conteúdo das informações disponíveis na Internet; b) justapor os diversos conhecimentos encontrados na Internet provenientes de diferentes fontes de maneira não linear para elaborar informações confiáveis, e c) buscar e manter a pesquisa constante das informações atualizadas.

O conceito criado por Gilster no final da última década do século passado, gradativamente passou a incorporar as modificações ocorridas em função do permanente desenvolvimento das TICs, especialmente no que diz respeito à convergência das mídias tradicionais para a Internet (JENKINS, 2008), o que resultou na necessária expansão da referencialidade do termo. Dessa forma, passou-se, contemporaneamente, à utilização da palavra no plural, ou seja: literacias digitais.

Estudos realizados ao longo das duas últimas décadas vêm corroborando a ideia de que o desenvolvimento das literacias digitais exige dos

indivíduos não apenas habilidades motoras e de interação pessoal, mas, também, cognitivas, como aquelas relacionadas ao raciocínio, intelecto, capacidade de análise, avaliação e crítica. Dessa forma, as literacias digitais devem ser entendidas em sua multiplicidade.

Esses novos conhecimentos a respeito das literacias digitais explicam o porquê de o termo habilidade não ter sido tampouco uma tradução satisfatoriamente ampla e adequada para *literacy*. A compreensão das novas literacias digitais exige foco na prática social e na aplicação da crítica, da reflexão, do julgamento e da cognição, muito distantes, portanto, daquilo que pode ser explicado apenas pelas habilidades inatas e cognitivas (WARSCHAUER, 2003). Nesse contexto, a aquisição das literacias ligadas ao campo informacional reporta-se, essencialmente, à conquista de habilidades e competências para a construção de sentidos, viabilizando o aprendizado e o raciocínio independentes e autônomos.

Outros autores contemporâneos também têm defendido que o conceito de literacia aplicado ao campo informacional não deve ser definido com base em habilidades e, ainda menos, em um conjunto de habilidades descontextualizadas, aleatoriamente adquiridas e acumuladas pelos indivíduos. Pelo contrário, deve ser pensado enquanto processo holístico, experimentado pelo sujeito, nas suas interações com a tecnologia, de maneira autoconsciente e que é mediado simultaneamente pelas relações sociais, físicas e textuais do indivíduo com a informação. A este indivíduo em permanente aprendizado informacional ao longo de toda a sua existência se associam ainda aspectos éticos e de responsabilidade social na obtenção, apropriação, uso, transformação, armazenamento e disseminação da informação.

Portanto, o que se nota nesse contexto é a emergência de novos e ampliados enfoques de conceituação e leitura das literacias informacionais, nos quais o sujeito torna-se apto à percepção crítica da informação, desvelando o seu caráter de não neutralidade, ao mesmo tempo que compreende o contexto de produção, disseminação e uso dessas mesmas informações. Nesse sentido, esses novos conceitos sinalizam para o engajamento dos indivíduos com suas comunidades, seus contextos, valores, demandas e interações políticas e sociais. A aquisição e, mais do que isso, o desenvolvimento permanente das literacias informacionais, sob essa ótica, reveste-se de uma perspectiva emancipadora e libertadora, à medida que os agentes podem tornar-se sujeitos ativos de sua educação, aquisição de conhecimentos e atuação social.

A aquisição e o permanente desenvolvimento das literacias informacionais contribuiriam, nessa perspectiva, para a promoção do protagonismo individual, para o fortalecimento da democracia e da cidadania ativa e consciente, para a expressão cultural e para a realização pessoal.

Finalmente, quanto à utilização do termo competência como tradução para *literacy* no campo informacional, há que se destacar a existência de estudos exaustivos sobre o tema na literatura internacional, o que justifica que não venhamos aqui a nos debruçar novamente sobre o mesmo assunto. Contudo, também há que ser mencionado que tais estudos têm, via de regra, se mostrado

inconclusivos em apontar uma convergência consensual quanto à utilização do termo no ambiente informacional.

No Brasil, as pesquisas sobre literacias emergentes têm sido a tônica da pesquisa do NAP Escola do Futuro, da Universidade de São Paulo, sob a coordenação científica da pesquisadora Brasilina Passarelli. Para ela, na passagem da cultura apenas letrada para a cultura das diferentes mídias e da convergência entre elas (JENKINS, 2008), o conceito de literacia obrigatoriamente se expande para incorporar as novas características e potencialidades da *web 2.0*, marcada por novas lógicas e narrativas. Nestas, ganham corpo a hipertextualidade, a interatividade, a desterritorialização e a horizontalização das relações de poder. Para a interação em rede, os indivíduos têm que ser capazes de comunicar-se nas e pelas novas linguagens, reconhecendo as práticas sociais e os gêneros textuais envolvidos nas interfaces multimidiáticas.

Nessa direção e a partir dos aportes teórico-metodológicos de autores como Bruno Latour (2005, p.131), para quem “(...) uma rede social não é o que está representado no texto, mas quais leituras do texto podemos tirar do revezamento dos atores como mediadores destas ações”, tornou-se pertinente e consistente pesquisar e refletir sobre as literacias digitais com o suporte conceitual e teórico-metodológico da etnografia virtual (HINE, 2000). Dessa perspectiva, os instrumentos tradicionais da pesquisa etnográfica são chamados a colaborar na análise e interpretação das atitudes, comportamentos, apropriações, usos e produção de conhecimentos em comunidades virtuais de aprendizagem e de prática, aos quais se reporta a parte mais substancial das pesquisas atuais do NAP EF/USP.

Ressalte-se que, do ponto de vista metodológico, a etnografia veio a colaborar decisivamente para a compreensão do próprio conceito das literacias emergentes na *web*, permitindo a sua investigação e interpretação no momento mesmo da sua criação na virtualidade da vida contemporânea. Originada e adaptada a partir dos métodos tradicionais da Antropologia, a etnografia virtual pressupõe a coleta e o registro sistemático de dados a respeito da cultura investigada – com a qual o pesquisador estabelece estreitos contatos por meio de uma experiência de imersão cultural radical –, ao mesmo tempo que mantém o distanciamento do seu olhar sobre o outro. Entretanto, para além do estrito foco descritivo denso, incorpora, também, a interpretação e a crítica dos fenômenos educativos, adquirindo a sua própria intencionalidade, a partir da completa imersão e da observação participante do pesquisador nas comunidades e culturas virtuais.

A pesquisa etnográfica em ambientes digitais já se configura como uma relevante abordagem metodológica, a qual vem sendo adotada em diversos contextos e países, viabilizando a observação, a coleta de dados, a análise crítica e a interpretação da cultura produzida pelos agentes conectados via Internet, no interior da qual se reconfiguram identidades, sociabilidades e novas formas de reterritorialização da vida contemporânea.

As relações virtuais estabelecidas pelos atores em rede (LATOUR, 2005) ensinam e viabilizam a construção de novas identidades pelos sujeitos em

interatividade. Essas, dada sua fluidez, multiplicidade e impermanência, conferem aos indivíduos possibilidades novas e ampliadas de experimentar o “real”, configurando aquilo que Shirley Turkle (1995) denominou de “cultura da simulação”.

A emergência desses fenômenos e sua constante alteração, por serem tão próximos, contemporâneos e presentes na realidade cotidiana de grande parte da população mundial – e por não permitirem, assim, um mínimo distanciamento temporal –, trazem complicadores importantes para o seu registro e análise, bem como para a interpretação sociocultural dos seus efeitos.

Importante exemplo disso são as constatações recentemente abordadas por Shirley Turkle (2011) – pioneira em apontar os novos processos identitários dos sujeitos no ambiente virtual – que, a partir de suas novas pesquisas, constata certo esgarçamento, saturação, inconvenientes no uso do tempo e nas práticas de socialização dos sujeitos e, conseqüentemente, tendências de esvaziamento no uso das redes sociais. Observa-se, assim, que um espaço de apenas dezesseis anos parece já ser suficiente para levar a importantes reconsiderações teóricas sobre o futuro das práticas socioculturais mediadas pelos computadores e Internet.

3. Projetos de intervenção na educação e cidadania: o NAP EF/ USP na vanguarda na pesquisa-ação

O NAP EF/USP foi criado em 1989 (3) e instituído como Núcleo de Apoio à Pesquisa em janeiro de 1993, como entidade já então subordinada à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP. Ao longo de todo esse período, suas atividades vêm sendo financiadas por agências oficiais de fomento à pesquisa (CNPq, CAPES, FAPESP), além de contar com contratos e convênios com instituições públicas e privadas.

O escopo do conjunto de seus projetos e pesquisas é permanentemente pautado pela busca da inovação no uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) tanto nas suas interfaces com a educação formal e não formal, quanto na implementação de ações voltadas à construção da cidadania e do protagonismo digital dos públicos beneficiários.

As ações do núcleo se fundamentam na proposta da pesquisa-ação, na qual sujeito e objeto se conectam, com a profunda inserção do pesquisador no meio pesquisado, buscando a ativa e efetiva participação da população observada, com vistas à emergência de novos conhecimentos sobre a realidade (THIOLLENT, 1986: p.14).

Na “sociedade em rede” – uma das principais características estruturantes da contemporaneidade e que vem sendo permanentemente forjada desde meados dos anos noventa do século passado – a educação, assim como todas as outras dimensões da vida e da cultura humanas, passa a ser configurada na ambiência de novos paradigmas. Nesse contexto, a educação à distância (EAD) destaca-se particularmente enquanto fenômeno possibilitado pela convergência dos atores em rede, pela oferta e acesso a ferramentas e tecnologias de informação e comunicação (TICs) e pelo desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) cada vez mais amplos e abrangentes. Nestes,

os estudantes são crescentemente instados a serem os construtores ativos do seu conhecimento, processo no qual a intuição e a descoberta são elementos privilegiados e fundamentais.

Cabe destacar que os projetos nos quais o NAP EF/USP vem se envolvendo – dadas as próprias demandas sociais e políticas do desenvolvimento da cibercultura no Brasil – vêm ganhando dimensões cada vez mais robustas, quer em termos de sua amplitude numérica de atendimento de agentes envolvidos, quer quanto aos objetivos e metas das ações propostas.

Nesse sentido, quatro projetos em plena vigência em 2011 merecem ser particularmente destacados: a) O ACESSA SP (financiado e gerido pela Secretaria de Gestão Pública do Governo do Estado de São Paulo, instituído em 2000); b) O Projeto EntreMeios São Bernardo do Campo (conduzido pela Secretaria de Educação do município paulista de São Bernardo do Campo, iniciado em 2010); c) O ACESSA Escola (também financiado e gerido pela mesma instituição anterior, a partir de 2009); e d) O Programa Rede São Paulo de Formação de Docente – REDEFOR (financiado e gerido pela Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo, em conjunto com as universidades paulistas USP, UNESP e UNICAMP, instituído em outubro de 2010).

Tratando de detalhar melhor o conceito, público-alvo, objetivo e abrangência de cada um desses programas e projetos, serão introduzidos a seguir alguns parágrafos específicos sobre eles.

3.1. Inclusão digital da população carente: Programa ACESSA SP

Trata-se de um programa focado prioritariamente na inclusão digital e no protagonismo social, a partir da disponibilização de equipamentos, infraestrutura e acesso à Internet gratuita, o que contribui para o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico dos cidadãos paulistas.

De dimensões gigantescas, o ACESSA SP acumula indicadores tais como: mais de 50 milhões de atendimentos em 10 anos de existência; mais de 2 milhões de agentes cadastrados; 602 postos de atendimento (Infocentros e/ou Telecentros) em funcionamento e 42 em implantação; 543 municípios paulistas atendidos e 1.172 monitores capacitados.

A execução do Programa se processa em dois diferentes tipos de Infocentros: os municipais (em parceria com as prefeituras e geralmente implantados em bibliotecas da rede pública de equipamentos municipais) e os Postos Públicos de Acesso à Internet (PoPAI's). Estes últimos têm sido instalados em parceria com secretarias e órgãos do Governo do Estado de São Paulo, tais como postos do Poupatempo, restaurantes Bom Prato, terminais e estações de transporte coletivo (ônibus, trens, metrô), entre outros.

Além disso, o programa se dedica à produção de conteúdos educativos (digitais e não digitais) e à promoção de ações de interesse comunitário com o uso das TICs, contribuindo para a informação da população atendida e na capacitação para o uso cidadão dos computadores, infraestrutura e Internet.



Figura 1. Portal do ACESSA SP (<http://www.acessasp.sp.gov.br/>)

3.2. Programa Rede EntreMeios São Bernardo do Campo

Estruturado e operacionalizado a partir de convênio entre a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo e o NAP EF/ USP, busca promover a integração de uso das TICs nas escolas da rede pública daquele município, atualizando o ambiente de aprendizado, com amplo envolvimento dos educadores e dirigentes das escolas públicas. Seu público-alvo é formado por 600 professores, 170 diretores, 200 coordenadores, 60 orientadores pedagógicos e 60 monitores de laboratórios.



Figura 3. Portal do Programa EntreMeios (<http://entremeios.futuro.usp.br/portal/>)

3.3. Programa Acessa Escola

O contínuo desenvolvimento das TICs, e especialmente das ferramentas da *web 2.0*, tem viabilizado uma nova prática sociocultural, na qual o sujeito assume, cada vez mais, papéis ativos de produção e compartilhamento de informações e sentidos, ampliando, assim, suas possibilidades de comunicação e cooperação no âmbito de comunidades virtuais. Para Jenkins (2008: p.67) é nesse momento em que “(...) uma rede de computadores possibilita a interação mediada entre pessoas, organizações e instituições...” que se pode falar na construção efetiva de “(...) redes sociais que incorporam as características interativas das mídias digitais e constituem uma cultura do digital”.

Nesse contexto de interação entre sujeito e meio social, surgem e se consolidam também as comunidades virtuais de aprendizagem, com culturas próprias, mediadas por práticas dialógicas que passam a abranger os diferentes âmbitos da educação, seja ela formal, não formal ou informal.

Coordenado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), o Programa Acessa Escola busca incentivar a inclusão digital de alunos da rede pública estadual de ensino e o fortalecimento da autonomia do aprendiz, contribuindo para a inserção desse público de maneira colaborativa na cultura digital, por meio do uso da Internet na escola. Atende a 239 municípios paulistas, beneficiando cerca de três milhões de estudantes, professores, pais e moradores das comunidades beneficiárias.



Figura 2. Portal do Programa Acessa Escola
(<http://acessaescola.fde.sp.gov.br/>)

4. O Observatório da Cultura Digital: emergência das abordagens contemporâneas na investigação empírica

O desenvolvimento da cibercultura no Brasil e o adensamento de experiências com coletivos digitais conduziram à necessidade da busca da compreensão científica do universo midiático da “sociedade em rede” e suas conexões com as novas formas do ensinar e do aprender. Como visto, no âmbito do NAP EF/USP, tais demandas se concretizaram na instituição do Observatório da Cultura Digital, como lugar privilegiado de estudos e pesquisas teórico-metodológicas a respeito das diferentes literacias informacionais (WARSCHAUER, 2003), das novas formas de produção e de relações de autoria individual e coletiva do conhecimento em ambientes *web* e das hibridações nas fronteiras culturais produzidas pelos novos atores em rede (CASTELLS, 1999; LATOUR, 2005; PASSARELLI, 2010).

Tal perspectiva desde logo exigiu a adoção de guias metodológicos pautados pela etnografia, tanto no ambiente virtual (netnografia ou etnografia virtual), quanto na realidade física presencial, sempre na busca de investigar os comportamentos e movimentos dos atores mergulhados na cultura digital.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório da Cultura Digital compreendem a Internet como espaço onde a cultura é permanentemente criada e recriada e os valores, sentidos, conhecimentos, narrativas e representações são resignificados pela interação dos atores em rede.

A atuação neste ambiente exige uma postura de total imersão e a observação participante do pesquisador, ao mesmo tempo que impõe a necessidade do distanciamento do olhar na interpretação da nova cultura emergente. Tal conjunto de posturas e perspectivas vem sendo garantido pela crescente incorporação da etnografia virtual no estudo do mundo e da cultura digital (HINE, 2000).

Sob esse olhar, as pesquisas buscam identificar, interpretar e compreender o modo como os atores em rede constroem e desenvolvem novos hábitos, usos, sentidos e narrativas e a maneira como se apropriam das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs)

Entre suas principais ações, o Observatório da Cultura Digital já produziu e disponibilizou à academia e à sociedade: a) livros e coletâneas publicadas, com destaque para aqueles produzidos em parceria com a SENAC SP Editora (4); b) relatórios analíticos sobre os resultados da Pesquisa *Online* – POnline, realizada anualmente desde 2002 pela coordenação do Programa ACESSA SP (5); c) Teses e Dissertações junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA USP) (6), e d) artigos científicos publicados em periódicos especializados, Congressos, Simpósios e Encontros Nacionais e Internacionais.

Em seu projeto mais recente, o NAP EF/USP passou, a partir de fevereiro de 2011, a contribuir com pesquisas que visam incluir a abordagem da

etnografia virtual na compreensão, interpretação e avaliação das interfaces, usos, apropriações e construção de sentidos e narrativas por frequentadores de cursos formais de educação à distância. Aliou-se, dessa forma, ao Programa Rede São Paulo de Formação Docente – REDEFOR.

Esse programa tem como objetivo oferecer cursos de pós-graduação para docentes da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, a partir de convênio firmado entre o Governo do Estado e as três universidades públicas paulistas (USP, UNICAMP e UNESP). No conjunto, são ofertados dezesseis cursos de pós-graduação, sendo treze nas disciplinas curriculares das áreas abrangidas e três de gestão. Os cursos são oferecidos na modalidade à distância, mas contam, também, com encontros e avaliações presenciais periódicos. Possuem duração de um ano, com carga horária total de 360 horas.

Na sua primeira edição, no final do segundo semestre de 2010, o REDEFOR contou com a oferta global de pouco mais de 9 mil vagas, as quais foram disputadas por cerca de 50 mil candidatos.



Figura 4. Portal do REDEFOR (<http://redefor.usp.br/>)

5. Uma visão do futuro

Na ambiência da nova ordem de acontecimentos da sociedade em rede, o NAP EF/USP construiu, ao longo de sua trajetória, uma perspectiva de inserção social ímpar, a qual lhe permite intervir diretamente sobre a realidade da inclusão digital brasileira e sobre as literacias emergentes na web e, ao mesmo tempo, refletir criticamente e avaliar sua ação e interação com o contexto sócio-histórico e econômico em que atua.

Constitui-se, assim, em um importante “ator” na história da Cibercultura no Brasil, tendo ocupado, em muitos momentos, posições de vanguarda, especialmente durante a primeira “onda” da implantação e desenvolvimento da Internet no País, onde as atenções focavam as políticas de mitigação dos efeitos da exclusão digital.

Conduziu, nesse ambiente de *digital divide*, pioneiras e abrangentes iniciativas de acesso gratuito a equipamentos e infraestrutura de comunicação e informação e, ao mesmo tempo, de formação de professores para o uso de ferramentas digitais.

Atualmente, concentra seus esforços no estudo e na pesquisa das redes sociais, com foco nas literacias emergentes na *web 2.0*, entendendo que novas lógicas e semânticas estão sendo inventadas e escritas na virtualidade da sociedade em rede, por novos atores em rede. Desvendar, interpretar e compreender esses fenômenos no momento mesmo em que surgem e se desenvolvem é o desafio que se impõe hoje ao NAP EF/USP. E, também, a cada um de nós.

Referências Bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*; v.1; Trad. Roneide Venâncio. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GILSTER, Paul. *Digital literacy*. San Francisco, CA: John Wiley & Sons, 1997.
- HINE, Christine. *The virtual ethnography*. London: Sage, 2000.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.
- LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. New York: Oxford University Press, 2005.
- PASSARELLI, Brasilina. *Literacias emergentes nas redes sociais: estado da arte e pesquisa qualitativa no observatório da cultura digital*. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José. (org.). *Atores em Rede: Olhares Luso-Brasileiros*. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez Editora, 1986.
- TURKLE, Sherry. *Alone together: why we expected more from technology and less from each other*. New York: Basic Books, 2011.
- _____. *Vida no ecrã: a identidade na era da Internet*. Lisboa: Relógio d'Água, 1995.
- WARSCHAUER, Mark. *Technology and social inclusion: rethinking the digital divide*. Massachusetts: MIT Press, 2003.

Notas

- 1 - Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Pesquisa TIC Domicílios 2010. Disponível em <http://cetic.br/usuarios/tic/2010-total-brasil/index.htm>. Acesso em 24 de março de 2011.
- 2 - Conforme a publicação “*Internet World Stats: Usage and Population Statistics*”. Disponível em <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em 24 de março de 2011.
- 3 - Sob a coordenação científica de Fredric M. Litto, professor titular da ECA/USP. Inicialmente, foi denominado Laboratório de Tecnologias de Comunicação, do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão daquela escola. A partir de

setembro de 2006, a coordenação científica do núcleo passou a ser exercida por Brasilina Passarelli, professora titular do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.

- 4 - Os livros publicados pelo NAP EF/USP em parceria com a Editora SENAC, São Paulo, são: PASSARELLI, Brasilina. *Interfaces digitais na educação: @lucin[ações] consentidas*. 2007; PASSARELLI, Brasilina (org.). *Inclusão digital e empregabilidade*. 2009; TORI, Romero *Educação sem distância*. 2010; DIMANTAS, Hernani. *Linkania: uma teoria de redes*. 2010; GUZZI, Drica. *Web e participação: democracia do século XXI*. 2010; PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José (org.). *Atores em Rede: Olhares Luso-Brasileiros*. 2010 (em convênio com a Universidade do Porto, Portugal).
- 5- Este trabalho permite investigar perfis de usos e hábitos de consumo de Internet, bem como acompanhar indicadores de evolução e desempenho dos atores beneficiados ao longo do tempo, gerando subsídios para a gestão do próprio programa e potencializando a análise comparada da iniciativa com as verificadas em outros contextos nacionais e internacionais de políticas de inclusão digital.
- 7- Nos últimos cinco anos, as dissertações orientadas pela Coordenadora de Pesquisa do NAP EF/USP, Prof.^a Dr.^a Brasilina Passarelli, foram: BLISKA, A.V. *Capital Social em Comunidades Virtuais de Aprendizagem e de Prática*. (Dissertação de Mestrado). ECA/USP, São Paulo, 2007; BESKOW, C. A. *Comunicação, educação e inclusão digital: quem “tá ligado” na escola estadual paulista? Uma análise da interatividade no projeto TôLigado: o jornal interativo da sua escola*. (Dissertação de Mestrado). ECA/USP, São Paulo, 2008; FREIRE, C.P. *Crêterios de Reputação em Coletivos Digitais: estudo de caso na disciplina de criando comunidades virtuais de aprendizagem e de prática*. (Dissertação de Mestrado). ECA/USP, São Paulo, 2009; CAPOBIANCO, Ligia. *Comunicação e literacia digital na internet: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital ACESSA-SP – PONLINE*. (Dissertação de Mestrado). ECA/USP, São Paulo, 2010; CHICA, Cristiane. *Formação continuada de mediadores do Programa de Inclusão Digital ACESSA-SP*. (Dissertação de mestrado). ECA/USP, São Paulo, 2010.